

continuação



Gás de Alagoas S.A. - ALGÁS

CNPJ nº 09.983.484/0001-32

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Findas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: Constituída em 02 de setembro de 1993, a **Gás de Alagoas S/A - ALGÁS** ("companhia" ou "ALGÁS") é uma sociedade por ações de economia mista, autorizada a funcionar de acordo com a Lei Estadual nº 5.408, de 14 de dezembro de 1992, tendo por objeto social promover a produção, aquisição, armazenamento, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços correlatos, observada a legislação federal pertinente, os critérios econômicos de viabilização dos investimentos, o desenvolvimento econômico e social, os avanços técnicos e a integração do gás na matriz energética do estado. A companhia é concessionária exclusiva pelo prazo de 50 (cinquenta) anos dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o estado de Alagoas, conforme contrato de concessão firmado em 17 de setembro de 1993. Sua matriz está sediada em Maceió, no município de Maceió, no Estado de Alagoas, e possui filiais em Brasília e em Maceió. A companhia também possui filiais em Israel e o Hamas, em meados de outubro de 2023, segundo analistas reverteriam na economia global; principalmente, devido ao envolvimento de outros países. Segundo projeções econômicas, nesse contexto, o preço do petróleo pode alcançar patamares elevados, fazendo o crescimento global (PIB mundial) recuar; pois o oriente médio desempenha papel-chave como fornecedor de energia e rota marítima estratégica. Com o agravante de que a economia global atualmente está em um momento de recuperação, ainda lidando com a inflação gerada após a invasão Rússia à Ucrânia. A companhia está monitorando atentamente as repercussões desses conflitos e seus impactos na economia mundial e brasileira, e no mercado em que atua.

2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/2009, e a Lei nº 13.303/2016), e os Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma mencionado no texto das notas explicativas.

c. Medida funcional e de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em "Reais", que é a medida funcional da companhia. Todas as informações financeiras em "Real" foram arredondadas para a milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas; e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em períodos futuros afetados. As informações contábeis sobre informações contábeis que apresentam efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: * Notas explicativas nºs 3.d e 5 - Provisão para perda na realização do contrato a receber. * Notas explicativas nºs 3.c e 11 - Determinação de vidas úteis do ativo intangível. A administração da companhia não identificou a existência de informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela administração da Gás de Alagoas S/A em 02 de fevereiro de 2024.

3. Resumo das principais práticas e políticas contábeis: As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros não derivativos: i. Ativos financeiros não derivativos: A companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A companhia reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa contratuais, ou quando a companhia transfere direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A companhia possui os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, os ativos a custo amortizado são ativos financeiros com pagamento periódico ou calculado, que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes ativos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, e os recebíveis decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias. Os saldos em aplicações financeiras possuem liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Contas a receber de clientes: Contas a receber de clientes são registradas no momento em que são incluídos os respectivos impostos de responsabilidade tributária da companhia. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a receber de clientes, não foi considerado o ajuste a valor presente dos juros correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante. A provisão para perda na realização do contrato a receber foi constituída em montante considerado suficiente, pela administração, para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. ii. Passivos financeiros não derivativos: A companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. A companhia também possui contrato de venda de gás junto aos seus clientes, no qual estes estão obrigados à retirada mínima de gás, quando estes usuários não alcançam o compromisso mínimo de retirada de gás ocorre o *take-or-pay* e a companhia emite cobrança através da aplicação da tarifa de venda sobre a diferença entre o compromisso mínimo de gás a ser retirado e o que efetivamente se verificou, sendo este valor pago pelas unidades usuárias em datas posteriores a serem pagas por seus clientes, sempre que o consumo exceder ao volume mínimo a que o usuário está obrigado a cumprir, o valor registrado sofre atualização sempre que houver alteração da tarifa de venda do gás. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. b. Instrumentos financeiros derivativos: A companhia não possui instrumentos financeiros derivativos inicialmente na data em que são originados. Os ativos financeiros são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A amortização de tais ativos é calculada pelo método linear com base na taxa de 10% a.a., e é leva em consideração os benefícios econômicos futuros dos outros componentes da infraestrutura utilizados no cálculo da tarifa, conforme contrato de concessão. A companhia tem assinado com o estado de Alagoas Contrato de Concessão dos Serviços Locais de Gás Canalizado, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Segundo o contrato, o poder Concedente registra os serviços de distribuição de gás canalizado em nome da tarifa a ser cobrada pelo usuário. O usuário de gás, a qual deve remunerar a Concessionária pelo investimento em serviços por ela realizados, de acordo com as regras fixadas contratualmente. Ainda segundo o Contrato de Concessão, o poder Concedente detém o direito de receber ao final do prazo da Concessão toda a infraestrutura construída pela Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICP 01 (R1). Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativos intangíveis todos os valores por ela despendidos para a formação daqueles ativos reversíveis (infraestrutura) ao longo do contrato, os quais são passíveis de recuperação via tarifa cobrada pelo usuário ao longo do prazo de concessão de 10 (dez) anos, conforme estipulado no contrato. Sobre o prazo para definição da vida útil econômica estimada para fins de amortização de seus ativos intangíveis, a companhia mantém a adoção da regra definida no Contrato de Concessão, a qual define que o prazo a ser aplicado é de 10 anos, por ser este o padrão de consumo do benefício econômico. Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao poder Concedente, tendo a companhia o direito à indenização correspondente aos investimentos realizados nos 10 (dez) anos anteriores ao término da concessão. Os ativos intangíveis são avaliados anualmente para se determinar se os valores contábeis recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperado. **d. Avaliação do valor recuperável de ativos - impairment:** Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda exceda o valor contábil presente do título. Quando não há evidência objetiva de perda, os estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à companhia sobre condições que ela não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Ativos não financeiros: Um ativo não financeiro tem perda quando o valor contábil exceder o valor contábil menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e quanto aos riscos específicos do ativo. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor não são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha sofrido aumento, diminuição ou que não mais exista. Uma reversão de valor é reconhecida caso tenha havido uma mudança nas circunstâncias para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou de amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **e. Passivo circulante:** Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a pagar, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos de dívida emitidos. O custo de aquisição é considerado irrelevante. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a companhia possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **f. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas estão sendo apresentadas líquidas, ou seja, não incluem os impostos, vendas canceladas e os descontos incidentes sobre a venda. Os custos de vendas são apresentados como despesas operacionais. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **g. CPC 47 - Receita de contrato com cliente:** O CPC 47 estabelece um modelo utilizado na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. De acordo com o referido Pronunciamento Técnico, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente. Os administradores da companhia avaliarão as principais fontes de receita e entenderam que as mesmas devem ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço de distribuição de gás canalizado é realizado e o tratamento contábil para todos os tipos de desempenho existentes. **h. CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** A companhia adota o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, que inclui requerimentos para classificação e mensuração e desreconhecimento de passivos financeiros, inclusive: (a) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros; e (b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" (FVOCI) para alguns instrumentos de dívida simples. A seguir estão demonstradas as reclassificações de categorias comparativas dos ativos e passivos:

Ativo	31/12/2023		31/12/2022		Categoria CPC 48
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	
Circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	49.403	49.403	68.502	68.502
Contas a receber de clientes/países relacionadas	5 e 28	28.144	28.144	33.558	33.558
Passivo					
Circulante e não circulante					
Fornecedores	12	37.987	37.987	52.803	52.803
Dividendos propostos e JSCP	15 e 28	9.152	9.152	9.746	9.746
Débitos nas operações de aquisição de gás (Take Or Pay)	19	572	572	702	702
Total					

compañia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **i. Tributação:** I. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes que montam em uma alíquota média de aproximadamente 9,25%. As receitas de vendas estão sujeitas ainda a substituição tributária do ICMS pela alíquota de 19% e 1% de FECOEP, com exceção das vendas de gás natural para as empresas enquadradas no Regime de Arranjos Produtivos Locais, nos termos do Decreto Estadual nº 2.264, de 24 de novembro de 2004, as quais são isentas de ICMS. Esses tributos são apresentados como contas redutoras das receitas brutas de vendas, conforme nota 12. II. Impostos e contribuições sobre o lucro: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil/ano, para o imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente devido sobre o lucro tributável do exercício são integralmente reconhecidos por antecipação. A provisão para o imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente, conforme descrito anteriormente. A companhia possui redução de 75% do imposto de renda para o período de 10 (dez) anos compreendido entre 2019 e 2028, sobre o lucro da exploração, conforme Ludo Constitutivo nº 0135/2019 emitido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. **k. Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros pelas suas características aproximam-se do valor justo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas específicas a respeito de ativos ou passivos. **l. Demonstração do valor replicado:** DVA é demonstração do valor adicionado. DVA tem por objetivo evidenciar a riqueza criada, pela companhia, e sua distribuição durante determinado período, e é apresentada pela companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo os termos contidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas vendas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, e os efeitos da provisão para o pagamento de créditos), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das matérias e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **m. Apresentação de saldos das demonstrações do exercício anterior:** A companhia realizou suas demonstrações financeiras em linha com o CPC 23, nas reservas de lucro, decorrente do resultado financeiro líquido não considerado na apuração do incentivo fiscal, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e reclassificou os valores das provisões e depósitos judiciais. Tais ajustes foram realizados de forma a melhor refletir a posição financeira e econômica da companhia. As demonstrações financeiras e das notas explicativas, da companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, originalmente emitidas e aprovadas, pela sua administração, em 20 de janeiro de 2023, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, foram refeitas e de forma espônea estão sendo representadas, com objetivo de melhor representar (apresentar) os saldos de subperíodo contábil. O Diretor Executivo da companhia, declara que revisou, discutiu e aprovou as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2022, e a reapresentação das demonstrações contábeis findas naquela data, em 02 de fevereiro de 2024. Os saldos das demonstrações estão sendo representadas para fins de comparabilidade. A seguir é demonstrado resumo das demonstrações financeiras originalmente apresentadas, os ajustes e as demonstrações ora reapresentadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Balanço Patrimonial	2022		2022	
	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado	
Ativo				
Tributo a Recuperar	3.359	(508)	2.851	
Total do Ativo Circulante	109.144	(508)	108.636	
Total do Ativo	209.305	(508)	208.797	
Patrimônio Líquido				
Reserva de lucros	25.222	(508)	24.714	
Total do Patrimônio Líquido	126.375	(508)	125.867	
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	209.305	(508)	208.797	
Demonstração de Resultado do Exercício				
	2022	2022	2022	2022
Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajuste
Incentivo Fiscal	10.335	(508)	9.827	
Lucro Líquido do Exercício	50.443	(508)	49.935	
	2022	2022	2022	2022
Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajuste
Resultado Líquido do Exercício	50.443	(508)	49.935	
Resultado Abrangente do Exercício	50.443	(508)	49.935	
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido				
	2022	2022	2022	2022
Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajuste
Reserva de Incentivos fiscais	10.707		10.707	
Saldos em 31 de dezembro de 2022				
Lucro líquido do exercício - Reapresentado	50.443		49.935	
Constituição da res. de incentivos fiscais	(10.335)		(10.335)	
Constituição da res. de incentivos fiscais - Reapresentado	(9.827)		(9.827)	
Total				

Ajuste (508) (508)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 - Reapresentado 10.199 - 125.867
Originalmente apresentado 2022 2022
Originalmente apresentado 50.443 (508) 49.935
Ajuste do lucro líquido:
 Constituição (reversão) de provisões judiciais - (237) (237)
 - (237) (237)
(Aumento) redução nos ativos operacionais
 Tributos a recuperar (778) 508 (268)
 Outros operacionais longo prazo 230 (230)
 Depósitos judiciais (237) 467 (230)
 (783) 745 (38)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 65.722 - 65.722
Demonstração do Valor Adicionado
Originalmente apresentado **Ajuste** **Reapresentado**
 110.961 508 111.469
Impostos, Taxas e Contribuições
 Federais 69.775 508 70.283
Remuneração de Capitais Próprios 50.443 (508) 49.935
 Lucros retidos 11.459 (508) 10.951
4. Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e equivalentes de caixa estavam representados da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e Bancos	49.403	68.502
Aplicações Financeiras	49.403	68.502
Total	49.403	68.502

As aplicações financeiras se referem substancialmente a fundos de renda fixa pós-fixados e a certificados de depósitos bancário - CDB, estes últimos remunerados à taxa de variação de 96% a 106% do certificado de depósito interbancário - CDI, sendo que ambos possuem liquidez imediata e não estão sujeitos a variações significativas de valor. Estas operações foram contratadas em condições normais com instituições financeiras e os respectivos rendimentos ou encargos financeiros estão devidamente reconhecidos contabilmente pela taxa efetiva de juros. **5. Contas a receber de clientes e partes relacionadas:** O contas a receber estava assim composto:

	31/12/2023	31/12/2022
Clientes	28.896	34.229
Partes relacionadas	167	159
(-) EPCLD	(919)	(830)
Total	28.144	33.558

A composição do saldo de clientes por idade de vencimento é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	25.312	31.115
Vencidos até 90 dias	2.061	2.371
Vencidos a mais de 90 dias	1.690	902
Total	29.063	34.388

6. Estoques: Os estoques estavam assim representados:

	31/12/2023	31/12/2022
Estoque de gás natural	230	247
Almoxarifado operacional	1.832	2.118
Adiantamentos a fornecedores	41	7
Materiais em poder de terceiros	980	535
Total	3.083	2.907

7. Tributos a recuperar: Os tributos a recuperar apresentavam a seguinte composição:

	31/12/2023	31/12/2022
IRRF sobre aplicação financeira	1.561	1.547
Antecipação de IRPJ	3.722	2.068
Antecipação de CSLL	1.048	478
ICMS a compensar	188	188
PIS	8	-
COFINS	8	-
Total	6.562	4.281

8. Despesas antecipadas: Estavam representadas por:

	31/12/2023	31/12/2022
Prémios de seguros a apropriar	47	38
Arrendamento de softwares a apropriar	227	518
Outros valores a apropriar	27	23
Total	300	579

9. Títulos e valores mobiliários: Refere-se a depósitos em contas vinculadas do Banco do Nordeste do Brasil de Garantia de Financiamento e de Reinvestimento - IRPJ/Sudene - correspondente a 30% do imposto de renda devido sobre o lucro da exploração. A este valor, acresce-se 50% de recursos próprios, provenientes de incentivo fiscal ao reinvestimento do imposto de renda. Os depósitos foram efetuados até 31 de dezembro de 2023, conforme detalhado na nota explicativa nº 20.16.

	31/12/2023	31/12/2022
Banco do Nordeste do Brasil	6.614	4.512
Total	6.614	4.512

10. Imobilizado: A companhia adota o pronunciamento contábil CPC 06 (R2) - Arrendamentos. O pronunciamento busca determinar se um contrato contém um acordo de arrendamento ou se é um contrato de serviços. No caso do primeiro, o arrendatário deverá reconhecer os ativos, que devem ser desclassificados, bem como os passivos oriundos de um arrendamento. O impacto nas contas do grupo ocorre principalmente com relação ao contrato de arrendamento da sede administrativa, e que estava assim apresentado:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo não Circulante		
Imobilizado (direito de uso)	2.284	2.284
(-) Depreciação acumulada	(457)	-
Total do Ativo	1.827	2.284
Passivo circulante (nota explicativa nº 17)		
Arrendamento a pagar (direito de uso)	412	2.284
(-) Juros a transcorrer (direito de uso)	(163)	(592)
Passivo Não Circulante (nota explicativa nº 17)		
Arrendamento a pagar (direito de uso)	1.497	-
(-) Juros a transcorrer (direito de uso)	(229)	-
Total do Passivo	1.909	2.284

11. Intangível: O intangível está constituído basicamente por valores representativos do contrato de concessão - ICP 01 (R1).

	31/12/2023	31/12/2022
Custo		
Terrenos	160	160
Beneficiários em imóveis de terceiros	3.406	3.368
Móveis e utensílios	1.913	1.852
Veículos	52	52
Fedets de distribuição	209.129	198.236
Equipamentos de informática e softwares	15.735	13.499
Outros	8	8

	31/12/2023	31/12/2022
Materiais - intangível em formação (*)	230.428	217.092
Obras em andamento	4.158	8.251
	19.656	2.732
Total	254.240	228.035

Amortização acumulada
 Amortização acumulada (152.828) (136.107)
Total 101.412 91.928

A movimentação do ativo intangível é assim demonstrada:

	Saldo inicial 31/12/2022	Adições	Baixa/Transf.	Saldo final 31/12/2023	Taxa - %
Custo					
Terrenos	160	-	-	160	
Beneficiários em imóveis de terceiros	3.368	38	-	3.406	10% a.a.
Móveis e utensílios	1.852	61	-	1.913	10% a.a.
Veículos	52	-	-	52	10% a.a.
Fedets de distribuição	198.113				